

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

UMA EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL COM GRUPOS DE
MÃES NA DÉCADA DE 80

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, para obtenção do Título de
Assistente Social, pela Acadêmica:

ELISABETE T. GALVÃO

Florianópolis, novembro de 1995

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1.....	3
1 - Fundamentos Teóricos.....	4
1.1 - Considerações: O Homem e o Trabalho.....	4
1.2 - O Trabalho da Mulher.....	8
1.3 - Histórico da Creche Nossa Senhora de Lourdes.....	11
Referências Bibliográficas.....	15
CAPÍTULO 2.....	16
2 - O Programa de Atuação do Serviço Social na Creche Nossa Senhora de Lourdes.....	17
2.1 - Caracterização da Clientela.....	21
2.2 - Estrutura de Funcionamento da Creche.....	29
2.3 - Evolução do Grupo de Mães.....	32
Referências bibliográficas.....	45
CAPÍTULO 3 - Considerações atuais.....	46
BIBLIOGRAFIA.....	52

INTRODUÇÃO

Apresentamos a seguir o nosso trabalho de conclusão de curso, exigência curricular do curso de Serviço Social que realizamos na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

Trata-se de uma re-leitura do trabalho elaborado em 1982 que após termos interrompido o curso e agora estarmos retornando, graças a Resolução nº 08/CEPE/94 de 14/04/94, constituem o motivo pelo qual este trabalho está sendo re-apresentado.

Inicialmente faremos a apresentação em dois Capítulos do trabalho já elaborado considerando que são referentes a uma experiência concreta, junto a Creche “Nossa Senhora de Lourdes, campo de estágio curricular, que foi desenvolvido na 6ª e 7ª fase, sob a supervisão da Assistente Social Lourdes Sardá, no ano de 1981.

Por fim faremos uma apreciação do trabalho baseado em documentos, leis, que surgiram ou foram modificadas à partir da data em que o mesmo foi escrito. Por exemplo: a Constituição promulgada em 1988, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), também revista com base na nova Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente criado em 1990, documento este que vem ordenar juridicamente os direitos da criança e do adolescente.

Finalizando tecemos um comentário da situação atual nas Creches. Tomando como referência a nossa participação no Núcleo da Criança e do Adolescente em leituras realizadas e em contatos com pessoas ligadas a área do estudo.

CAPÍTULO 1

Fundamentos Teóricos

1.1 - Considerações: O Homem e o Trabalho

1.2 - O Trabalho da Mulher

1.3 - Histórico da Creche Nossa Senhora de Lourdes

Referências Bibliográficas

1 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1 - CONSIDERAÇÕES: O HOMEM E O TRABALHO

Condenado a “ *ganhar o pão com o suor do seu rosto*”, o homem não raro tem lutado para cumprir a sentença bíblica acima.

Enquanto escravo, tinha a ganância do amo a lhe assegurar e impor o labor; servo, o senhor lhe garantia o trabalho rendoso; o servo era vinculado ao senhor por relação de submissão e proteção encontrando assim satisfação de certas necessidades.

Estando assim o homem de maneira geral, dependente do cumprimento de tarefas prestadas ou seja, de um trabalho que garantisse sua subsistência.

Neste modo de produção o servo era o proprietário dos meios de produção. No modo de produção capitalista produz-se uma ruptura entre a posse dos meios de produção e o trabalhador. Os meios de produção passam a ser de propriedade do capitalista, pela expropriação, pela reprodução, pela acumulação. O homem se vê livre, sem estar ligado ao senhor, pronto a oferecer a sua força de trabalho como indivíduo, em troca de salário.

Entendemos aqui, por regime capitalista aquele onde o proprietário possui os meios de produção e procura extrair deste o maior lucro possível. Isto é possível

mediante a alienação do trabalho, ou seja, o trabalhador vende sua força de trabalho, sem ter consciência do valor que ela possui frente o sistema de produção.

Trabalho é uma atividade humana física ou mental, integradora, destinada a formação de bens, que dignifica o homem. Proporciona condições de auto realização e afirmação grupal, segundo as potencialidades dos seus membros e as condições vigentes.

O desenvolvimento da produtividade por sua vez, vai substituindo os trabalhadores por máquinas, criando um excedente populacional, uma reserva permanente de trabalhadores que se reforça nos períodos de expansão do capital.

Faleiros diz que: *“A força de trabalho do homem é uma mercadoria, mas uma mercadoria especial. Ela produz o valor e as necessidades a serem mantidas e sustentadas pelos meios de subsistência. Esses meios de subsistência provém do salário, o qual produz mais que o salário pago a mais valia”*⁽²⁾.

O direito ao trabalho se efetiva mediante o acesso de toda a população economicamente ativa do país às oportunidades de empregos regulares, no sistema produtivo ou do exercício de atividades econômicas, proporcionando a renda necessária à garantia de suas exigências vitais.

O trabalho fez parte integrante da vida do homem, tanto pelo valor daquilo que produz, quanto pela realização pessoal que o ato de produzir pode proporcionar.

Assim, para uma população pobre, sem acesso ou com acesso limitado a Instituições Básicas como a Escola ..., torna-se difícil adaptar-se ao mercado de trabalho.

Uma ocupação por conta própria torna-se então, para esse chamado exército industrial de reserva, sem qualificação profissional e sem meios de alcançá-la, uma das alternativas viáveis para obter rendimentos.

A economia brasileira não tem ofertado, em qualidade e quantidade, empregos ou oportunidades econômicas que permitam absorver a força de trabalho disponível no país.

Em decorrência desta situação econômica, as relações entre o mercado de trabalho e a classe trabalhadora, aviltam e rebaixam seus salários, tornando-se um processo contínuo de perda de poder aquisitivo. Isso gera profundas distorções na estrutura salarial das classes trabalhadoras, tendo como consequência, a sua progressiva pauperização.

A relação homem-trabalho deve ser equilibrada a ponto de satisfazer as duas partes do processo, tanto o homem quanto a empresa.

O indivíduo dentro desta relação, busca a satisfação de suas necessidades humanas básicas: alimentação, educação, habitação, lazer, saúde, segurança social e ocupação.

A satisfação dessas necessidades humanas são de vital importância para que o indivíduo sinta-se integrado e possa cooperar efetivamente com o processo econômico.

Sob o ponto de vista econômico, é no mercado que o indivíduo satisfaz suas exigências de bens e serviços, portanto, adquire o seu bem estar.

A não obtenção do bem estar de sua família através da aplicação de seu esforço no mercado de trabalho, obriga a que outros membros, além do homem, participem deste e contribuam com uma parcela para a satisfação das necessidades básicas da família.

A mulher, dentro do processo integrador da sociedade vê-se na perspectiva de uma participação ativa na vida econômica e financeira da família.

O ítem a seguir procura ilustrar de forma como a mulher participa deste mercado de trabalho.

1.2 - O TRABALHO DA MULHER

A mulher, socialmente integrada no sistema de produção de bens e serviços, nunca foi alheia ao trabalho, ela sempre tem contribuído para a subsistência da família.

“Nas economias pré-capitalistas, no estágio anterior à evolução agrícola e industrial, a mulher nas camadas trabalhadoras era ativa; trabalhadora nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, realizava ainda outras tarefas domésticas”⁽⁴⁾.

A mulher desempenhava papel econômico fundamental, na medida que além de realizar um trabalho remunerado fora do seu lar, cuidava de educar e alimentar seus filhos, administrando ainda seu lar.

São pouco duradouras as fases históricas das sociedades competitivas, em que a força de trabalho feminina encontra mais alto nível de emprego.

As relações entre os sexos e, a posição da mulher na família e na sociedade em geral, constituem parte de um sistema de dominação mais amplo.

O processo histórico brasileiro, desde o início, subjugou a mulher ao homem, quer seja na figura do pai ou do marido a quem devia respeito e obediência.

A valorização da força física do homem serve como justificativa à hierarquização dos sexos.

Como resultado, temos a formação de uma sociedade machista.

Quando as mulheres desejavam participar do mercado de trabalho, eram colocadas em funções menos prestigiosas na indústria, desenvolvendo os trabalhos mais repetitivos. E mesmo quando o nível profissional do homem e da mulher era idêntico, esta recebia menor remuneração.

Com a urbanização e a industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões em virtude de haverem sido alterados os seus papéis no mundo econômico. O trabalho nas fábricas, lojas escritórios rompeu o isolamento em que grande parte das mulheres viviam; permitindo assim a sua participação em outros setores da atividade humana que não seja a família e a igreja, as quais se limitava.

“Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas” ⁽⁵⁾.

Nas sociedades pré-capitalistas, embora, jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo, desempenhando um papel econômico. Na medida que esse papel é menos relevante que o homem; se define como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família.

A máquina, ao tornar pouco necessária, a força muscular, permite empregar a força de trabalho de indivíduos que, ou dispõem de pouca força física ou não completaram o desenvolvimento do seu organismo, mas seus membros possuem grande flexibilidade. A máquina propiciou o trabalho da mulher e da criança.

A atividade trabalho, não é senão o resultado histórico da luta do ser humano, homens e mulheres, com o processo social de produção.

O trabalho industrial, nas sociedades capitalistas, não pertence ao homem ou a mulher, se constitui num momento da evolução histórica da humanidade.

Considerando o fato de que o salário não representa o valor criado pelo produtor e que muitas vezes não chega a corresponder às necessidades de produção e reprodução da vida do trabalhador, pode-se afirmar que, à mulher das camadas menos privilegiadas, o trabalho impõe como meio de subsistência.

E é em uma camada social menos privilegiada que desenvolvemos um trabalho social, o qual pretendemos relatar a seguir.

1.3 - HISTÓRICO DA CRECHE “NOSSA SENHORA DE LOURDES”

Situada na comunidade Morro da Penitenciária, a Creche Nossa Senhora de Lourdes originou-se em função da Penitenciária do Estado localizar-se nesta área.

Irmã Maria, prestando atendimento aos detentos e seus familiares, num trabalho comunitário de promoção e incentivo, constata a necessidade de construção de uma creche que amparasse os filhos dos detentos, enquanto suas mães trabalham, uma vez que o pai não poderia prover o sustento necessário à família, estando detido.

Dirigiu-se à LADESC (Liga de Apoio ao Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), entidade que segundo sua filosofia:

INTEGRAR - Somando recursos, experiências, métodos de ação para as instituições sociais possam realizar satisfatoriamente o seu papel na comunidade e conseqüentemente atender melhor a população segundo a especificidade de cada entidade.

PROMOVER - Capacitando os seus organismos para que suas ações superem o assistencialismo puro e simples, transformando-se realmente em agente de promoção humana; preocupa-se em coordenar iniciativas visando o desenvolvimento sócio-cultural de comunidades.

Irmã Maria levou ao conhecimento da diretoria do referido órgão a necessidade que sentira da construção de uma creche.

Verificando que não existia nenhum órgão preocupado em amparar o menor na faixa etária de zero a seis anos, a LADESC interessou-se e se iniciaram as visitas ao local a fim de conhecer a realidade social da comunidade. Num trabalho conjunto com a comunidade, a LADESC mobilizou um grupo de jovens a participar de um levantamento realizado em dezembro de 1979, com a finalidade de constatar o número de crianças na faixa etária de zero a seis anos, que freqüentaria a creche.

Após este levantamento, realizou-se reunião com a comunidade para interpretar os dados tabulados; com a participação de órgãos como:

LADESC - Órgão mantenedor de todos os recursos materiais necessários para a construção da creche e manutenção do aspecto físico da mesma.

FCEE - Órgão executor e de assessoria técnica, fornecendo recursos humanos como: equipe técnica: assistente social, médico e pedagoga; atendentes, professoras, serventes e cozinheiras.

LBA - Órgão de apoio, em convênio com a FCEE, através do Projeto Casulo, fornece alimentação às crianças.

GRUPO DE VOLUNTÁRIOS - Formado por pessoas da comunidade, que através de programações e mobilizações de recursos, arrecadando brinquedos, roupas, colaboram com a creche.

Com o apoio dos órgãos acima citados, foi possível o início dos trabalhos para a instalação da creche.

Em meados de julho de 1980 foi alugada uma casa de madeira, na comunidade, onde a creche passou a funcionar em caráter provisório, atendendo 40 crianças, selecionadas as mais carentes entre três meses e dois anos de idade.

Paralelamente ao funcionamento da creche provisória, foi iniciada a construção das instalações definitivas da mesma.

A permanência nas instalações provisórias foi no período de julho de 1980 a abril de 1981. Inaugurada oficialmente, as novas instalações passaram a funcionar em maio de 1981.

Uma construção moderna, com equipamentos adequados possibilitou o aumento do número de vagas, bem como passou a atender as crianças de três meses a seis anos, não mais de três meses a dois anos como fazia antes.

Além da preocupação com as crianças nos aspectos bio-psico-social, procura-se desenvolver um acompanhamento junto às famílias, realizado pelo Serviço Social.

A FCEE, Fundação Catarinense de Educação Especial, órgão fornecedor dos recursos humanos que mantém a creche, como o próprio nome diz, preocupa-se com a educação especial, realizando um trabalho de atendimento a população de alto risco. Portanto, em 1982 a FUCABEM passa a assumir a manutenção e fornecimento de recursos humanos a creche que, conseqüentemente sofre mudanças nas suas ações e metodologia de trabalho.

A FUCABEM procura desenvolver os aspectos bio-psico-social da criança envolvendo a família e sua comunidade em um acompanhamento realizado por uma equipe interprofissional composta por médico, enfermeira, assistente social, psicólogo e pedagoga.

Trabalho este que será detalhado no decorrer dos próximos itens.

Para tanto, necessário se faz o conhecimento da clientela atendida pela creche.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista: As Funções da Previdência e da Assistência Sociais.** São Paulo, Cortez Editora, 1980.
2. RICO, Elizabeth de Melo. **Teoria do Serviço Social de Empresa: Objeto e Objetivos.** São Paulo, Cortez Editora, 1982, p. 48-9.
3. SAFFIOTI, Heleieth F. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito ou Realidade.** Petrópolis, Vozes, 1976, p. 32.
4. SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo, 3ª edição, Brasiliense, 1977, p. 57-8.
5. Idem, p. 33.

CAPÍTULO 2

2 - O Programa de Atuação do Serviço Social na Creche Nossa Senhora de Lourdes

2.1 - Caracterização da Clientela

2.2 - Estrutura de Funcionamento da Creche

2.3 - Evolução do Grupo de Mães

Referências bibliográficas

2 - PROGRAMA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA CRECHE “NOSSA SENHORA DE LOURDES”

1 - Justificativa:

Tendo em vista o estudo realizado através de documentação, entrevista, reuniões e outros contatos com famílias de crianças atendidas pela creche, e com grupos de trabalho que já atuavam na comunidade, verificou-se a necessidade de atuação do Serviço Social. Tal atuação deverá abranger não somente a família por ser atendida pela creche, mas como uma célula integrante da comunidade que também deverá ser trabalhada para satisfazer as necessidades através do seu potencial. Para realizar o trabalho o Serviço Social traçou como objetivos o que se segue.

2 - Objetivo Geral:

Propiciar a criança e seus familiares seu desenvolvimento normal nos aspectos bio-psico-social e integração na sua comunidade.

2.1 - Objetivos Específicos:

- ⇒ conscientizar os familiares das necessidades básicas da criança nos aspectos bio-psico-sociais.
- ⇒ incentivar o aumento da renda familiar.
- ⇒ atuar junto aos membros da comunidade no sentido de capacitá-los para a solução dos seus problemas.

3 - Metodologia:

a) Junto a Família:

- ⇒ Realizar entrevistas e visitas domiciliares com as famílias que pretendem matricular filhos seus na creche, visando a seleção das mesmas para admissão.
- ⇒ Realizar acompanhamento individual com as famílias que apresentam problemas psico-sociais, que estão e/ou venham a interferir na estrutura familiar.

⇒ Realizar visitas domiciliares quando se fizer necessário, em função do tratamento realizado com a família e por ocasião de faltas das crianças por um período superior a cinco dias sem justificativa.

⇒ Realizar levantamento das mães que estão sem serviço e, individualmente e/ou em grupo motivá-las para participar do aumento da renda familiar de acordo com suas habilidades e interesses.

⇒ Realizar trabalho manual grupal com os pais de crianças atendidas pela creche, dando-lhe enfoque educativo nos aspectos de saúde, planejamento familiar e outros assuntos que se fizerem necessários, bem como despertá-los para maior integração na comunidade. As reuniões com as mães serão realizadas quinzenalmente e em fins de tarde, enquanto com os pais serão a noite e mensalmente.

b) Junto a Comunidade:

⇒ integrar a creche com outros grupos de trabalho já existentes, procurando levar a comunidade a satisfação de suas necessidades, integrando as famílias da creche neste processo.

⇒ usufruir dos recursos comunitários existentes em função do tratamento realizado com a família.

c) Junto aos Funcionários e Direção da Creche:

⇒ atuar junto ao funcionário nas situações de carácter psico-social que estejam e/ou venham a causar desequilíbrio.

⇒ participar de reuniões da equipe como membro integrante nas decisões que envolvem aspectos psico-sociais como estudo de caso, admissão e outras decisões.

⇒ os trabalhos serão executados utilizando-se as técnicas de Serviço Social adequadas a abordagem a ser realizada.

2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA DA CRECHE “NOSSA SENHORA LOURDES”

Segundo Karl Marx, a *“Formação de uma classe social está diretamente associada ao sistema de organização das forças produtivas existentes num dado contexto histórico. A classe social do indivíduo é determinada pela posição que ele ocupa no processo produtivo.*

No sistema capitalista de produção, o princípio organizatório das classes é o ser proprietário ou não dos meios de produção” ⁽⁶⁾.

Classe social segundo o conceito, trata-se de grupos de homens, diferenciados entre si pelo lugar que ocupam e papel que desempenha na organização social do trabalho, também pela proporção em que participam da riqueza social.

Vemos aqui que a definição de classe está diretamente relacionada com posição social e papel que os indivíduos ocupam na sociedade. De onde pode-se inferir que uma definição de classe social envolve aspectos como status e prestígio.

De acordo com a FUCABEM, temos como objetivo principal atender o menor que devido a determinadas condições sócio-econômicas, a família não participa de um processo normal de desenvolvimento.

Necessário se faz aqui um exame de dados sócio-econômicos obtidos da clientela a fim de podermos avaliar e entender melhor a maneira como ela participa do processo econômico.

TABELA 1

FAIXA SALARIAL E MEMBROS DA FAMÍLIA POR FAIXA

FAIXA RENDA MENSAL	PAI		MÃE		OUTROS		TOTAL	
		%		%		%		%
0-11.000	-	-	6	15,00	1	25,00	7	9,86
11.000 - 22.000	12	44,45	25	62,50	3	75,00	40	56,34
22.000 - 33.000	8	29,63	5	12,50	-	-	13	18,31
33.000 - 44.000	5	18,52	1	2,50	-	-	6	8,45
44.000 - 55.000	1	3,70	1	2,50	-	-	2	2,82
55.000 - 66.000	-	-	-	-	-	-	-	-
66.000 - 77.000	-	-	-	-	-	-	-	-
77.000 ou mais	1	3,70	2	5,00	-	-	3	4,22
TOTAL	27	100,0	40	100,0	4	100,0	71	100,0

FONTE: Pesquisa efetuada diretamente com membros da família.

DATA: Junho 1982.

ANÁLISE DA TABELA 1

Das quarenta e quatro (44) famílias observadas, existem setenta e uma (71) pessoas que exercem atividades remuneradas, quer seja como empregos ou subempregos.

Sete delas ou seja 9,86%, recebem salários abaixo de Cr\$ 11.000,00.

56% recebem salários abaixo de Cr\$ 22.000,00 até Cr\$ 11.000.

18% recebem salários abaixo de Cr\$ 33.000,00 até Cr\$ 22.000,00.

8% recebem salários abaixo de Cr\$ 44.000,00 até Cr\$ 33.000,00.

2% recebem salários abaixo de Cr\$ 55.000,00 até Cr\$ 44.000,00.

Dos vinte e sete (27) pais que trabalham, 12 recebem salários abaixo de Cr\$ 22.000,00, representando 44,45%. Este percentual é de grande expressão tendo em vista que a maioria dos pais das crianças que compõem a clientela da creche, recebem em torno de 1 salário mínimo, salário este que dentro de um sistema econômico capitalista o qual evidenciamos no 1º Capítulo, não atende as necessidades básicas da família.

Ressalta-se assim a importância das entidades que atendem as crianças em regime de creches, possibilitando com isso o deslocamento da mãe para o mercado de trabalho, mesmo exercendo atividades de subemprego, representa de grande valia no somatório da renda global da família.

15% das mães que trabalham recebem salário inferior a Cr\$ 11.000,00, evidenciando o subemprego.

62% recebem salário abaixo de Cr\$ 22.000,00, o que significa que a grande maioria ganha em torno de 1 salário mínimo. Este quadro vem ilustrar quando citamos no 1º Capítulo a má remuneração da mulher.

TABELA 2

FAIXA DE RENDA MENSAL POR FAMÍLIA E Nº DE MEMBROS POR FAMÍLIA

FAIXA DE RENDA MENSAL DA FAMÍLIA	NUMERO DE MEMBROS DA FAMÍLIA								
	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
0 -11.000	2	-	-	-	-	-	-	-	4
11.000 - 22.000	6	5	-	-	1	-	1	-	41
22.000-33.000	-	1	4	1	-	1	2	1	56
33.000-44.000	1	1	1	2	1	1	-	-	32
44.000-55.000	1	-	1	2	-	-	-	-	16
55.000-66.000	-	1	-	-	1	-	1	-	17
66.000-77.000	-	-	-	2	1	-	-	-	16
77.000-88.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
88.000-99.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
99.000-110.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
110.000-121.000	-	-	1	-	-	-	-	-	4
121.000-132.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
132.000-143.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
143.000-154.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
154.000-165.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
165.000-176.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
176.000-187.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
187.000 ou mais	-	-	1	-	-	-	-	-	4
Total de Famílias	10	8	8	7	4	2	4	1	
Total de Membros	20	24	32	35	24	14	32	9	190

FONTE: Pesquisa efetuada diretamente com membros da família.

DATA: Junho 1982.

ANÁLISE DA TABELA 2

Das quarenta e quatro (44) famílias consultadas dez (10) possuem dois (2) membros, isto significa que se constituem em mãe e filho.

Existem oito (8) famílias com três (3) membros, oito (8) com quatro (4) membros, sete (7) famílias com cinco (5) membros, quatro (4) famílias com seis (6) membros, duas (2) famílias com sete (7) membros e uma família com nove (9) membros.

TABELA 3

RENDA MENSAL TOTAL, NÚMEROS DE MEMBROS DAS
FAMÍLIAS E RENDA MÉDIA POR PESSOA.

Nº DE ORDEM	RENDA MENSAL TOTAL	Nº DE MEMBROS	RENDA MÉDIA P/ PESSOA
1	Cr\$ 58.000	6	9.666
2	Cr\$ 117.000	4	29.250
3	Cr\$ 41.608	6	6.934
4	Cr\$ 33.216	5	6.643
5	Cr\$ 46.108	5	9.221
6	Cr\$ 28.608	8	3.576
7	Cr\$ 27.000	5	5.400
8	Cr\$ 15.000	3	5.000
9	Cr\$ 66.000	5	13.200
10	Cr\$ 16.000	8	2.000
11	Cr\$ 12.000	3	4.000
12	Cr\$ 6.000	2	3.000
13	Cr\$ 8.000	2	4.000
14	Cr\$ 40.000	4	10.000
15	Cr\$ 26.608	4	6.652
16	Cr\$ 40.000	5	8.000
17	Cr\$ 30.608	9	3.400
18	Cr\$ 42.555	3	14.185
19	Cr\$ 53.000	2	26.500
20	Cr\$ 18.000	6	3.000

21	Cr\$ 16.608	2	8.304
22	Cr\$ 11.928	3	3.976
23	Cr\$ 24.912	4	6.228
24	Cr\$ 29.000	3	9.666
25	Cr\$ 14.000	3	4.666
26	Cr\$ 14.000	2	7.000
27	Cr\$ 31.608	7	4.515
28	Cr\$ 14.000	2	7.000
29	Cr\$ 55.000	3	18.333
30	Cr\$ 28.000	8	3.500
21	Cr\$ 41.500	2	20.750
32	Cr\$ 71.000	5	14.200
33	Cr\$ 28.608	4	7.152
34	Cr\$ 25.580	4	6.395
35	Cr\$ 58.400	8	7.300
36	Cr\$ 44.000	4	11.000
37	Cr\$ 11.000	2	5.500
38	Cr\$ 75.000	6	12.500
39	Cr\$ 13.000	2	6.500
40	Cr\$ 43.000	7	6.142
41	Cr\$ 15.000	2	7500
42	Cr\$ 16.608	3	5.536
43	Cr\$ 45.000	5	9.000
TOTAL	Cr\$ 1.772.603	190	446.290

FONTE: Realizada junto a um membro da família.

DATA: Junho de 1982.

ANÁLISE DA TABELA 3

A renda média mensal por pessoa, ou seja a renda mensal total das famílias dividida pelo número de membros que a compõem varia de Cr\$ 2.000,00 à Cr\$ 29.000,00, uma variação não muito acentuada considerando que a renda média se concentra em Cr\$ 7.800,00.

Cabe aqui a observação de que o salário mínimo regional vigente era de Cr\$ 16.608,00.

Através da análise das tabelas acima, constatamos que trata-se de uma clientela carente pela sua condição econômica situada em um nível muito baixo.

Necessita ser atendida por instituições que venham a suprir as deficiências do sistema econômico, capitalista, evidenciado no 1º Capítulo. E que de certa forma marginaliza as classes menos favorecidas.

A Creche Nossa Senhora de Lourdes atende basicamente crianças carenciadas cujas mães tem necessidade de colaborar com o aumento da renda familiar realizando uma atividade remunerada fora do lar.

Para que possamos melhor atender a maneira como essa clientela é atendida pela creche, numa busca de uma solução para seus problemas, apresentaremos a seguir o programa de trabalho do S.S. na creche.

2.2 - ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DA CRECHE “NOSSA SENHORA DE LOURDES”

A Creche Nossa Senhora de Lourdes, situada nas proximidades da Penitenciária do Estado de Santa Catarina, atende exclusivamente a clientela da região. Como citamos no histórico, ela foi criada em decorrência da necessidade sentida pela comunidade. Atendendo a uma reivindicação portanto. Atende crianças de três meses a seis anos de idade cujas mães necessitam trabalhar e não possuem onde deixar seus filhos.

Fisicamente é constituído por, sala de recepção, coordenadoria, Assistente Social, gabinete médico, cinco salas de aula, um refeitório, cozinha e lavanderia.

O critério de seleção das crianças, uma vez que a procura é maior que o número de vagas, é realizado pelo serviço social que após a triagem realiza uma visita domiciliar constatando a situação da família. As crianças permanecem das 07:30hs da manhã às 18:00hs na creche. Tomam banho, realizam atividades diversas, fazem quatro refeições diárias na creche.

Existe uma preocupação na creche em propiciar às crianças o desenvolvimento normal nos aspectos bio-psico-sociais.

O Serviço Social preocupa-se em desenvolver um trabalho junto aos familiares e a comunidade preocupação voltada para o regresso diário das crianças ao lar e quando completarem seis anos de idade.

Realiza-se com os pais uma reunião mensal na qual são discutidos e decididos assuntos relativos ao funcionamento da creche.

Exemplo, o horário e entrega das crianças era de 17:00 às 18:00 horas. Não tinham condições de apanhar seus filhos dentro do horário previsto.

A realização dessas reuniões oportunizou para que os pais expusessem suas dificuldades e propusessem soluções.

A coordenação da creche elaborou um horário que, sem prejuízo dos funcionários, as mães poderão apanhar seus filhos até o horário de 19:00 horas.

“O SSG é um processo de S. S. que ajuda os indivíduos a melhorarem sua atuação na sociedade através de experiências grupais objetivas e enfrentarem de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, grupais ou comunitários”.

O S. S. através dessas reuniões com o grande grupo procura vivenciar a democracia, a conquistar um sentimento de comunidade e a ter uma atitude ativa para poder participar, e em suas comunidades se tornem agentes de sua própria mudança e bem-estar social.

O S.S.G. é um meio para criar e desenvolver sentimentos de comunidade, enquanto os integrantes aprendem a dar e receber, a intercambiar experiências, a compartilhar coisas, a trabalhar em cooperação, a elaborar conteúdos.

Segundo a teoria de grupos operativos utilizada na coordenação dos grupos da creche, o coordenador no caso, A. S. deve facilitar o diálogo entre os

componentes e estabelecer a comunicação; sem intervir quando o diálogo e a comunicação estiverem funcionando bem. O A. S. não deve ser o centro.

Algumas vezes nessas reuniões surgem problemas que se constituem em temas para reuniões em pequenos grupos de mães, divididos por faixa etária.

Por exemplo, as crianças mudam suas roupas em conjunto e algumas mães acham inconveniente que seus filhos permaneçam nus uns em frente aos outros.

Surgiu então o tema "*a criança e o sexo*", que foi discutido nos pequenos grupos.

Surgiu outra preocupação com algumas mães que não permaneciam por muito tempo em um emprego.

Atendendo a um dos objetivos da creche, de atender as crianças para que as mães possam trabalhar e assim contribuir para o aumento da renda familiar; iniciamos um processo grupal com essas mães, considerando que a melhor forma de atingir a todas é através de um trabalho em grupo.

Mostraremos a seguir a evolução deste grupo que coordenamos e onde exercemos nossas atividades de estagiário.

2.3 - EVOLUÇÃO DO GRUPO DE MÃES

Segundo o Projeto de Atuação do S. S. na Creche Nossa Senhora de Lourdes, um de seus objetivos específicos consiste em:

⇒ *incentivar o aumento da renda familiar.*

Dentro da metodologia desse projeto consta: Realizar levantamento das mães que estão sem serviço e, individualmente e/ou em grupos, motivá-las para participar do aumento da renda familiar de acordo com suas habilidades e interesses.

Considerando o objetivo acima citado e tendo em vista um trabalho com a família das crianças da creche, iniciou-se um trabalho grupal.

O S. S. G. é um processo educativo que visa integrar o indivíduo em grupo, estabelecendo através dele, relações que farão desenvolver os aspectos emotivos e intelectuais, que proporcionarão condições de cumprir eficientemente, as funções sociais na comunidade e nas outras coletividades às quais pertence.

O objeto do S. S. G. é processo grupal, seu objetivo é ajudar o indivíduo a realizar o máximo de suas potencialidades sociais, espirituais, físicas e culturais. O S. S. G. pretende assegurar ao indivíduo uma sólida vida de grupo, ajuda-o a desenvolver o senso de pertencer com todas as suas obrigações e satisfações. Dá-lhe oportunidade de experimentar as realidades da participação em grupo, sob hábil orientação.

Torna-se capaz de conhecer as suas forças e limitações e de utilizar esse conhecimento em benefício do grupo e do seu próprio desenvolvimento”⁽⁹⁾.

Trata-se de um grupo motivado, e como o próprio nome diz, surge do estímulo de um agente externo, no caso a instituição. Busca um melhor atendimento a clientela, dentro do objetivo.

John Dewey afirma que *“ter finalidade é atuar com sentido, ou seja, propor-se a fazer algo e perceber o sentido das coisas à luz desse propósito”* ⁽¹⁰⁾.

Os objetivos devem ser a expressão conceitual daquilo que se deve fazer para definir o seu próprio lugar dentro das profissões dedicadas à construção do bem estar social.

Considerando tais objetivos, realizamos levantamento das mães que se encontravam sem emprego e das que desejavam participar do grupo. A tabela a seguir ilustra o resultado desse levantamento realizado através de atestados de emprego que, preenchidos no local de trabalho das mães, foram devolvidos a Instituição.

Estão Trabalhando	42 mães
Não estão Trabalhando	7 mães
Desligadas	3 mães
Não Participaram do Levantamento	21 mães
Total	73 mães

FONTE: As próprias Mães.

DATA: Maio de 1982.

Em seguida a esse levantamento, foram convidadas para uma reunião as mães que não estavam trabalhando, e as que não participaram do levantamento por não terem devolvido o atestado de emprego, que segue em anexo 1.

Compareceram à 1ª reunião do grupo, das 27 convidadas, 7 delas.

Apresentamos a seguir um trecho do relatório da 1ª reunião procurando ilustrar o início do grupo.

"... pretendemos com a formação desse grupo de mães, que não estejam trabalhando, para juntas encontrarmos uma forma de solucionar seus problemas econômicos ou seja relacionadas a emprego e mercado de trabalho.

... Célia e Bianca, sugeriram que realizássemos um levantamento em firmas de contratação de serviços...

... Maria, ficou indecisa quanto a participar ou não do grupo alegando que seu marido não gosta que chegue tarde em casa, considerando que a reunião termina 18:30 horas, também não a deixaria trabalhar se ganhasse pouco."

Inicialmente havia a proposição de reuniões quinzenais. O grupo propôs que fossem semanais alegando que os encontros ficavam muito distanciados um do outro, prejudicando o desenvolvimento do grupo.

Trata-se de um grupo cujo objetivo é permanente ou seja: “ *Motivar as mães que se encontram sem emprego a participar da renda familiar de acordo com suas habilidades e interesses.*”

Os membros porém, são transitórios e sofrem rotatividade na medida em que conseguem um emprego atingindo assim o objetivo do grupo.

No momento em que todos atingirem o objetivo o grupo também se acaba.

A tabela a seguir ilustra a rotatividade do grupo.

P A R T I C I P A N T E S	MESES					
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
A	Márcia	Desligada	-	-	-	-
R	Jane	Jane	Jane	Jane	Empregada	-
T	Célia	Célia	Célia	Célia	Célia	Empregada
I	Margarida	Margarida	Margarida	Margarida	Desligada	-
C	-	-	Lídia	Lídia	Empregada	-
I	-	-	Gláucia	Desligada	-	-
P	-	-	Leila	Empregada	-	-
A	-	-	Nadir	Nadir	Empregada	-
N	-	Bianca	Bianca	Empregada	-	-
T	-	-	-	-	Magali	Magali
E	-	-	-	-	Clara	Empregada
S	-	-	-	-	Diva	Empregada

OBS:

- 1 - Os nomes citados na tabela anterior são fictícios.
- 2 - Quando existe a anotação “Desligada” significa que a criança não frequenta mais a creche e conseqüentemente a mãe não faz mais parte do grupo.
- 3 - Quando se lê “Empregada”, significa que a mãe está trabalhando, atingiu portanto o objetivo do grupo, e não participa mais.

Aparentemente pode-se considerar segundo os dados da tabela anterior, que o alcance do objetivo do grupo, para os membros não foi tarefa difícil e nem demorada.

Porém, como apresentamos no 1ª Capítulo o sistema econômico, não favorece a mulher em todas as situações de trabalho, daí o grupo enfrenta dificuldades tais como: falta de qualificação, dificuldade de acesso a mesma, e ao próprio mercado de trabalho, baixa remuneração, a necessidade de subsistir em conseqüência o subemprego. A grande maioria das mães trabalham como doméstica ou faxineira.

O S. S. com o grupo atua como um meio de informação e treinamento necessário à garantia de condições mínimas de subsistência, à população que se encontra em crescente processo de pauperismo.

Procuramos no decorrer do período de maio a outubro, realizar levantamentos de mercado de trabalho, procurando atender aos interesses e habilidades

Verificando primeiro as aptidões dos membros do grupo, segundo os dados a seguir:

TRABALHO	COMPONENTE DO GRUPO
Atendente de Jardim ou Creche	Leila, Lídia, Bianca e Célia
Cozinheira	Jane e Nadir
Faxineira	Margarida

Segundo as tendências acima, as mães se organizaram e realizaram levantamento de mercado de trabalho.

Considerando o grande interesse em trabalhar com crianças, a creche ofereceu um treinamento para as mães que desejassem realizá-lo. Ainda a possibilidade de participar de um curso de auxiliar materno infantil oferecido pelo SENAC as atendentes e professoras da creche.

As mães se mostraram interessadas.

“... Lídia disse que gostaria de participar e acha muito importante o treinamento.

Célia, concordou.

Em contato com o SENAC, nos ofereceram cursos de Auxiliar de cabeleireiro, que iniciará dia 05/07/82 devendo a inscrição ser realizada até 29/06/82.

Célia disse que gostaria que faria qualquer coisa para melhorar, para ter qualificação para o trabalho.

Bianca também se mostrou interessada. Além deste o SENAC oferece outros cursos, as que desejarem, devem nos procurar que lhes forneceremos um encaminhamento com o qual, devem-se apresentar.

Verificar através de uma entrevista o curso que deseja frequentar..."

Considerando que algumas mães eram analfabetas, exigência mínima da instituição, a dificuldade de compatibilizar o horário dos cursos com os seus, apenas uma mãe se inscreveu em um curso de Auxiliar de Escritório.

Houve grande disponibilidade por parte do SENAC que também ofereceu curso de copeira, alegando que há uma grande procura, motivada pelo Turismo em nossa cidade e conseqüente aumento do número de hotéis.

O curso não se realizou pois as mães com maior necessidade de trabalho e qualificação, não são alfabetizadas o que consiste em uma das condições para a realização do referido curso.

Sugerimos que as mães analfabetas frequentassem o MOBRAL sendo o primeiro passo para uma qualificação profissional.

Novamente a dificuldade de horários impediu o acesso a profissionalização.

As mães além do trabalho realizado fora do lar, apanham seus filhos no final do dia chegando em casa realizam afazeres domésticos em sua própria casa à noite.

Paralelamente ao levantamento que as mães realizam segundo suas aptidões e interesses, a necessidade de subsistência as obriga a realizar faxinas que lhes provenha rendimentos imediatos.

Segundo depoimento das mães consideram o grupo importante na medida em que oportunizam a troca de informações como no exemplo a seguir:

“... Leila sabendo que algumas mães gostariam de trabalhar como cozinheira informou que existe uma vaga no Hotel Maria do Mar e também que Dona Rose sabia de outro emprego em restaurante.

Nadir disse que gostaria de trabalhar em cozinha de creche pois o seu marido é muito ciumento, como o hotel é longe, e ainda tem muito problemas em casa. Seus dois filhos menores estão doentes, e ela também não se sente bem, e precisa ir a um médico.

Jane disse que irá entrar em contato com Dona Rose e também procurar o referido hotel ...”

Segundo o conceito de grupo operativo “*É um conjunto de pessoas com objetivo comum e que tentam uma abordagem operando como uma equipe.*”

... *O grupo operativo tem propósitos, problemas, recursos e conflitos que devem ser estudados e atendidos pelo próprio grupo, a medida que vão aparecendo”*

Observamos grande discriminação quando mulher grávida, Célia, durante a gestação não conseguiu se fixar em nenhum emprego e nem foi aceita em muitos que surgiram. Sempre pediam para volta depois do filho nascer temendo assumir responsabilidade com algum problema que possa surgir com a gestante.

Algumas conseguiram trabalhos de doméstica recebendo em sua maioria menos de um salário mínimo. Bianca, Lídia, Leila, Jane, Neuza e Clara conseguiram empregos enquanto em suas aspirações e se encontram satisfeitas.

Quanto a tipologia trata-se de um Grupo Operativo cuja teoria diz:

“ Um grupo operativo tem propósitos, problemas, recursos e conflitos que devem ser estudados e entendidos pelo próprio grupo, a medida que vão aparecendo; seu exame se efetuará em relação com a tarefa e em função dos objetivos propostos “(13).

Atuamos tendo sempre em mente que o próprio grupo deve assumir suas tarefas, bem como consideramos de grande importância a ajuda que os membros prestam entre si através da comunicação.

Cada indivíduo deve ter oportunidade para desenvolver suas potencialidades e viver de maneira que seja tanto pessoalmente satisfatório como, socialmente desejável.

Ashley Montagu diz que:

“ A maior frustração que o homem sofre é constituído pela diferença entre aquilo que ele era capaz de ser e aquilo que realmente se tornou”.

Nosso objetivo ao coordenarmos o grupo de mães está em ajudá-las a usar o grupo para se capacitarem e resolver problemas existentes.

Um grupo é uma diversidade de indivíduos que estão em contato uns com os outros e que estão conscientes de alguma coisa muito importante em comum.

Vemos aqui o estabelecimento da comunicação, ou seja houve uma interação verbal entre os membros do grupo.

A comunicação interpessoal é um processo social complexo: é a própria essência de um sistema social. A comunicação consiste na transmissão verbal de mensagens entre pessoas. Consiste também em todos os processos não verbais por meio dos quais as pessoas influenciam umas as outras.

Um sistema de comunicação aberto, baseado no direito que cada indivíduo tem de ser reconhecido e ouvido, faz com que aumentem as possibilidades dos membros encerrar seus próprios problemas e os problemas do grupo.

Cabe aqui ao A. S. agir de maneira que facilite o desempenho do grupo.

Tratando-se de um grupo aberto, a entrada e saída de membros é uma constante na vida do mesmo.

O preparo do grupo para a chegada ou partida de um membro ajuda este a manter sua coesão, ao absorver um novo membro ou a sentir-se ameaçado pela perda de um membro.

O momento de entrada de um recém-chegado é importante. Ele pode trazer um desejável novo estímulo ou perturbar a estabilidade do grupo.

Compete ao A. S. ou coordenador, preparar o grupo para a entrada de novos membros, bem como preparar o recém-chegado para o grupo.

No exemplo a seguir procuramos ilustrar o processo de entrada de novos membros no grupo:

“Ao iniciarmos a reunião apresentamos Jane, mãe de duas crianças da creche, que passará a fazer parte do nosso grupo.

Explicamos a ela o objetivo do mesmo e pedimos para que as participantes dissessem a ela como procedíamos.

Após uma pausa, Célia falou que realizaremos levantamento de mercado de trabalho, contatos com firmas, com instituições que realizam cursos para a qualificação profissional de acordo com suas tendências.

Disse também que não estava fácil conseguir emprego.

Perguntou ainda o que Jane gostaria de fazer.

Jane disse que não pretendia trabalhar como doméstica, como fazia em seu último emprego, acha monótono...”

Observamos aqui que o grupo não apresenta dificuldades quanto a aceitação de um novo membro uma vez que são todas mães de crianças da creche, portanto já se conhecem na instituição.

O processo de entrada e saída de membros é muito rápido como ilustramos em uma tabela deste mesmo item, devido a urgência com que as mães necessitam de trabalho para contribuir com o processo econômico familiar.

A comunicação interpessoal é um processo pessoal complexo através do qual informações, sentimentos, atitudes e outras mensagens são transmitidas. Consiste na transmissão verbal, explícita e intencional de mensagem entre pessoas.

O grupo não restringe seu objetivo apenas no desemprego, nem nos parece lógico uma vez que uma situação econômica ruim provoca vários outros problemas. O exemplo a seguir evidencia o que citamos.

“... Márcia nos relatou que seu marido e ela se encontram sem emprego portanto não estão nem comendo direito, está com muita dor de cabeça pois apenas tomou um café até a hora da reunião.

17:30 horas seu filho se alimenta na creche e recebe leite para o final de semana que também é oferecido pela creche. Além disso está ameaçada de despejo.

Os demais membros ouviram-na atentamente e Margarida sugeriu que fosse com ela ao DASP onde recebe uma cota mensal de alimentos e a orientou como deve proceder.

Célia disse que se realizar faxina em residência, recebe dinheiro no mesmo dia. Indicaram algumas residências donde poderia procurar”.

Esta atitude demonstra a aceitação e solidariedade que se desenvolve em um grupo onde todas procuram ouvir e ajudar fazendo também com que o outro membro se sinta bem e sinta que todos se preocupam uns com os outros, uma vez que estão compartilhando seus problemas e são aceitos pelo grupo. A respeito disso Simone Paré diz: *“Um grupo é uma diversidade de indivíduos que estão em contato uns com os outros e que estão conscientes de alguma coisa muito importante em comum”* ⁽¹⁴⁾.

A grande rotatividade dos membros, dificulta a realização de um trabalho mais profundo com os mesmos.

Por exemplo no mês de Outubro apenas Margarida freqüentava o grupo e segundo Helen Northen: *“ Um grupo é duas ou mais pessoas num relacionamento de interação psíquica, cujos relacionamentos de umas com as outras podem ser isolados e diferenciados de seus relacionamentos com os demais”* ⁽¹⁵⁾.

Portanto não podemos considerar uma pessoa como um grupo.

Trata-se de um grupo cujo objetivo foi alcançado o que consiste em uma das razões para o término de um grupo.

Quando o grupo atinge essa fase realizamos novos levantamento para saber de outras mães que estejam desempregadas para que venham participar do mesmo.

Nossas atividades com o grupo bem como de estagiária na instituição ficaram encerradas em novembro de 1982. Data essa em que iniciamos novo levantamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6. RICO, Elizabeth de Melo. Op. Cit. p. 34.
7. RODRIGUES, Maria Lúcia. **O Trabalho com Grupos e o Serviço Social**. São Paulo, Cortez e Moraes Editora, 1979, p.15.
8. Apostila. **El grupo Operativo**.
9. PARÉ, Simone. **Grupos de Serviço Social**. Porto Alegre, PUC, 2ª ed., 1961, p. 223.
10. KISNERMAN, Natália. **Serviço Social de Grupo: Uma resposta ao nosso tempo**. Tradução de Ephrain Ferreira Alves. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977, p. 33.
11. Idem, p. 14.
12. Apostila. **El grupo Operativo**.
13. Idem.
14. PARÉ, Simone. Op. Cit. p. 228.
15. NORTHEN, Helen. **Serviço Social com Grupos**. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1971.

CAPÍTULO 3

3 - CONSIDERAÇÕES ATUAIS

Quando elaboramos este trabalho atuávamos como estagiária na Creche “Nossa Senhora de Lourdes”, junto a um projeto relativo ao acompanhamento às mães daquelas crianças.

A situação econômica do País, na década de 80, com seu modelo econômico concentrador de renda, impedia a melhoria da qualidade de vida especialmente para a maior parte da população de baixa renda. A presença da mulher na força de trabalho há muito se faz necessária, por exigência intrínseca do capital, na mesma forma com que se colocou no mundo laboral. Uma vidência desde logo se impõe: à mulher trabalhadora um tratamento pior em relação ao homem trabalhador. Além de ocupar uma situação desvantajosa em relação ao homem trabalhador, a mulher tem ainda que se ocupar com as tarefas da casa e dos filhos enquanto trabalha. Às exigências da economia moderna, às necessidades a que precisa responder, se juntam as responsabilidades dos cuidados do lar, da higiene e limpeza da casa e dos cuidados com a educação dos filhos.

Com o desmembramento das famílias e dos clãs familiares, as mães não contam mais com o apoio dos tios e avós para ajudar nesta tarefa de cuidar dos filhos enquanto trabalha. Com esta dificuldade em obter ajuda familiar ou comunitária, a

sociedade como um todo, pais, mães, empresários, organizações sociais, políticas e religiosas, passam a pressionar o poder público para organizar e manter creches, as quais se constituem em uma forma plausível de cuidado materno complementar.

Até então o único amparo legal à mãe trabalhadora dizia respeito a existência de berçário e a permissão de amamentação de seu filho durante o horário de trabalho. A partir de 1988 com a nova Constituição ficou estabelecido em seu Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I,

⇒ Da Educação, no Artigo 208, item IV - “Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade”.

⇒ Já a CLT, em seu Artigo 389, também vinha amparar as famílias nesse sentido, pois determina em seu item IV parágrafos 1º e 2º: “Os estabelecimentos em que trabalham pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância a assistência os seus filhos no período de amamentação”.

§ 2º “ A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário ou cargo do SESI, do SESC, da LBA ou entidades sindicais”.

Com base nos Artigos acima citados e a partir de julho de 1990 com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o atendimento em creches passa a ser um direito do trabalhador não apenas fundado no paternalismo estatal ou empresarial. Direito este conquistado e amplamente divulgado, a partir da criação deste

Estatuto, que servirá como balizador das atividades e mais do que isto, como um instrumento de que a sociedade passa a fazer uso para consequentemente exigir dos órgãos competentes, que em definitivo coloquem em prática o que muitas vezes ficam apenas nos discursos, ou seja, propiciar as crianças o que elas merecem e de que precisam para desenvolver-se em sua totalidade.

Essa é a tônica dos ditames do Estatuto, que passamos a citar no sentido da especificação dos direitos das crianças quanto ao atendimento em creches:

Capítulo IV

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Desporto e ao Lazer.

Artigo 53 - “A criança e o Adolescente têm direito à Educação, visando pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I - Igualdade de condições na escola;
- II - Direito de ser respeitado pelos seus educadores;
- V - Acesso a escola pública e gratuita próxima a sua residência;

Artigo 54 - “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - Ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria;
- IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

§ 2º o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da sua autoridade competente.

Se a Creche Nossa Senhora de Lourdes, à época, surgiu como um meio de solução para o problema das mães que por necessidade econômica tinham que

trabalhar e não tinham onde deixar seus filhos, hoje sua lúdima razão de existir é a própria obediência aos dispositivos legais supra citados.

É um dos deveres do Estado participar da manutenção dos estabelecimentos quanto para tal fim e dar plenas condições de atendimento aos demarcantes deste tipo de serviço essencial.

Se anteriormente havia necessidade da fixação de critérios para seleção da criança dado a procura ser maior que a oferta de vagas, hoje, considerando tratar-se a creche uma entidade pública, não tem mais sentido aquele tipo de triagem que se fazia, estabelecendo prioridades quanto ao atendimento das crianças, com a consequente exclusão de algumas.

Hoje com experiência adquirida, com toda preocupação de se profissionalizar mais e mais, há ainda sérias dificuldades para a creche atingir seus objetivos de Instituição que faz substituição temporária, no dia a dia, do lar de 24 horas, possibilidade esta já remota, tendo em vista a realidade dos tempos atuais.

As dificuldades, desde as ligadas à burocracia das organizações como às afetas as atividades de educação, em todos os níveis, precisam ser conhecidas e enfrentadas, a cada instante, para minimizar-lhes os efeitos. Outro não é a preocupação da administração da Creche Nossa Senhora de Lourdes.

O planejamento e a ação de renovação está calcada num grande conhecimento da realidade, tendo papel preponderante nas ações os profissionais do Serviço Social que integra a sua equipe diretiva.

uma visão otimista da pessoa humana, de sua capacidade de auto-superação de transcendência é instituída como guia de ação educativa na creche. As crianças não importando seu *background* ou sua proveniência familiar, podem se desenvolver integralmente, na conquista dos métodos de suas tarefas evolutivas, e encontram na comunidade educativa os incentivos e os meios necessários e suficientes para seu progresso e crescimento interior.

As mães podem igualmente participar mais ativamente da educação de seus filhos, mesmo fazendo parte da força de trabalho.

Os desafios a serem enfrentados são múltiplos, desde os relativos à manutenção, até os que dizem respeito à aplicação dos sistemas de crenças educacionais, da filosofia do estabelecimento.

No momento atual, a superlotação é uma realidade. Há crianças em grande número aguardando vagas. Há mães de crianças matriculadas sem trabalho. Há mães com trabalho, impossibilitadas de participar das atividades propostas às famílias, núcleo importantíssimo da ação do Serviço Social de grupos. Há escassez de recursos financeiros para a otimização da estrutura operativa. Há dificuldades sérias quanto aos recursos humanos à disposição no estabelecimento. Inexiste um processo de capacitação ou serviço que proporcione ao profissional crescimento pessoal e a melhoria de sua performance.

Há ainda certo clientelismo na escolha dos dirigentes dos estabelecimentos. O mérito ainda não é o critério basilar responsável pelas decisões perante a esse importante elemento.

Estes dentre outros, são os “perigos oportunidades, “as crises””, que de um lado podem prejudicar o trabalho, mas que, de outra parte, podem propiciar à comunidade educativa a decisão pelo salto qualitativo na busca de seus objetivos mais excelsos.

BIBLIOGRAFIA

1. Apostila. **El Grupo Operativo.**
2. CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo.** 3ª ed., São Paulo, Livraria Brasiliense Editora S. A., 1980.
3. CERQUEIRA, Gelba Cavalcanti de. **Modelos Teóricos do Serviço Social com Grupos: Adaptação ou Transformação.** 2ª ed., São Paulo, Cortez Editora, 1981.
4. CORREIA, Maria Alice. **O Assistente Social e o Manejo do Conflito.** Rio de Janeiro, PUC, 1975.
5. FALCÃO, Maria do Carmo Brant de Carvalho. **Serviço Social: Uma Nova Visão Teórica.** 4ª ed., São Paulo, Moraes Editora, 1981.
6. FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista: As Funções da Previdência e da Assistência Sociais.** São Paulo, Cortez Editora, 1980.
7. FRANK, Angélica. **Grupo - Uma Abordagem Dinâmica de Serviço Social.** Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC, 1981.
8. KISNERMAN, Natália. **Serviço Social de Grupo: Uma resposta ao nosso tempo.** Tradução de Ephrain Ferreira Alves. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.

9. KLEIN, Alan F. **Serviço Social Através do Processo de Grupo**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1975.
10. KONOPKA, Gisela. **Serviço Social de Grupo**. 4ª ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.
11. NORTHEN, Helen. **Serviço Social com Grupos**. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1971.
12. PARÉ, Simone. **Grupos de Serviço Social**. Porto Alegre, PUC, 2ª ed., 1961.
13. PEREIRA, Luiz. **Trabalho de Desenvolvimento no Brasil**. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1965.
14. REIS, Nelio. **Problemas Sociológicos do Trabalho**. Livraria Freitas Bastos S. A., Rio de Janeiro e São Paulo, 1964.
15. RICO, Elizabeth de Melo. **Teoria do Serviço Social de Empresa: Objeto e Objetivos**. São Paulo, Cortez Editora, 1982.
16. RODRIGUES, Maria Lúcia. **O Trabalho com Grupos e o Serviço Social**. São Paulo, Cortez e Moraes Editora, 1979.
17. SAFFIOTI, Heleieth F. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito ou Realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.
18. SANTOS, Maria do Carmo dos. **Trabalho de Pesquisa**. Florianópolis, UFSC, 1982.

19. SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. Cortez e Moraes Editora, Ano I, nº1, Setembro de 1982.
20. SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo, 3ª edição, Brasiliense, 1977, p. 57-8.
21. VINTER, Robert. **Princípios para la Prática del Serviço Social de Grupo**. Buenos Aires, Editora Humanitas, 1969.
- 22- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ministério da Educação, 1988.
23. _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990.

FUCABEM / LADESC
 CRECHE NOSSA SENHORA DE LOURDES

ANEXO I

PREZADA MÃE

Visando manter atualizados os cadastros dos Clientes atendidos pela Creche Nossa Senhora de Lourdes, solicitamos o preenchimento dos seguintes dados:

** Nome do Cliente: _____

** Nome da Criança: _____

	PROFISSÃO	LOCAL DE TRABALHO		TEMPO DE SERVIÇO	SALÁRIO
		EMPREGADOR	FONE		
PAI					
MÃE					
PAI					
MÃE					
PAI					
MÃE					

OBS.: _____